



# **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES**

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

## **Fundo Municipal de Saúde de Ponto Belo Estado do Espírito Santo**

### **Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno do Poder Executivo**

**Emitente: Unidade Central de Controle Interno**

**Entidade: Fundo Municipal de Saúde**

**Gestor responsável: Vanessa Selin Carvalho**

**Exercício: 2024**

### **1.RELATÓRIO**

#### **1.1. INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



# FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

## INFORMAÇÕES E ANÁLISES:

### 1. Itens de abordagem prioritária

#### 1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.1.2	Despesa prévio empenho	Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

#### 1.2. Gestão Previdenciária

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	CF/88, art. 40, LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	CF/88, art. 40, LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



# FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.4	Retenção/Repasse e das contribuições previdenciárias - parte servidor	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: 1) estão sendo registrados como passivo da entidade; 2) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; 3) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; 4) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; 5) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

## 1.3.Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Conformidade e (conciliação de demonstrativos)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam devidas reavaliações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



# FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

1.3.2	Bens móveis , imóveis e intangíveis – Registro	Lei 4.320/1964 , art. 94.	Auditoria Governamenta l de conformidade	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Conformida de (Verificação documental )	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito	Lei 4.320/1964 , arts. 94 a 96.	Conformidad e (conciliação de demonstrativo s)	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam exercício.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

## 1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Base legal	Tipo de procedimento sugerido	Procedimento	Aplicável à
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1.5.2	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37.	Auditoria governamental de conformidade	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)

## 2. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

### 2.1 - Referente aos pontos de controle vistoriados:

Código	Achados	Proposições/ Alertas	Situação
Não foram encontrados achados e/ou inconsistências nos pontos de controle analisados.			



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

### 3. GESTÃO PÚBLICA

#### 3.1 Ponto de Controle das Demonstrações Contábeis

Por meio do Sistema de Gestão e Contábil contratado, da Empresa E&L, segundo os pontos de controle predefinidos, foi realizada a análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, tal como demonstrado a seguir.

##### 3.1.1 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados.

**Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 01: Restos a Pagar não Processados**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 0,00</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

##### 3.1.2 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados.

**Base Legal: artigos. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 02: Restos a Pagar Processados**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 1.828,13</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 1.828,13</b>
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

### 3.1.3 Análise da execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário.

**Base Legal:** art. 5º, Inciso III, da Lei Complementar 101/2000; art. 5º da Portaria MOG 42/1999; art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001 Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”:

**Tabela 03: Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência**

<b>Balanço Orçamentário:</b>	
Despesas Empenhadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Liquidadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Pagas	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.4 Análise de execução orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário Base Legal: art. 8º da Portaria STN/SOF 163/2001.

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”:

**Tabela 04: Execução de despesas na dotação "Reserva do RPPS":**

<b>Balanço Orçamentário:</b>	
Despesas Empenhadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Liquidadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Pagas	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.5 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à receita orçamentária Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

### da Lei 4.320/1964.

Entende-se que o total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 05: Total da Receita Orçamentária**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 52.468.630,97</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 52.468.630,97</b>
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.6 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.

Entende-se que o total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 06: Total da Despesa Orçamentária**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 38.401.305,69</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 38.401.305,69</b>
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.7 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

**Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 07: Conta Caixa e Equivalente de Caixa (exercício anterior)**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 3.575.588,23</b>
------------------------	-------------------------



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

Balanco Patrimonial (b)	R\$ 3.575.588,23
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

### 3.1.8 Comparativo entre o Balanco Financeiro e o Balanco Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

**Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanco Financeiro deve ser igual ao informado no Balanco Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 08: Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)**

Balanco Financeiro (a)	R\$ 4.553.313,11
Balanco Patrimonial (b)	R\$ 4.553.313,11
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

### 3.1.9 Comparativo entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanco Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.

**Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanco Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 09: Resultado Patrimonial:**

#### **Exercício atual**

DVP (a)	R\$ 13.600.066,31
Balanco Patrimonial (b)	R\$ 13.600.066,31
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

#### **Exercício anterior**

DVP (a)	R\$ 7.784.786,99
Balanco Patrimonial (b)	R\$ 7.784.786,99
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

### 3.1.10 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

**Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações





## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53    Telefone:  
Email:

Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 10: Comparativo dos saldos devedores e credores**

<b>SalDOS Devedores (a) I + II</b>	<b>R\$ 104.710.604,24</b>
Ativo (BALPAT) - I	<b>R\$ 58.517.502,01</b>
Variações Patrimoniais Diminutivas - II	<b>R\$ 46.193.102,23</b>
<b>SalDOS Credores (b) = III - IV + V</b>	<b>R\$ 104.710.604,24</b>
Passivo (BALPAT) - IV	<b>R\$ 58.517.502,01</b>
Resultado Exercício (BALPAT) - IV	<b>R\$ 13.600.066,31</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas - V	<b>R\$ 59.793.168,54</b>
<b>Divergências (c) = (a) - (b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### **3.1.11 - Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada** **Base Legal: artigos 85,86 e 88 da Lei 4.320/1964**

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 11: Execução da Despesa Orçamentária**

Despesa Empenhada (a)	<b>R\$ 38.401.305,69</b>
Dotação Atualizada (b)	<b>R\$ 30.024.576,36</b>
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>R\$ 8.376.729,33</b>

## **3.2 DISPONIBILIDADES E REGISTROS PATRIMONIAIS**

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conceitua o Balanço Patrimonial, em seu Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), como “Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação”.



## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES**

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

No ativo circulante, segundo prescreve o MCASP, devem ser demonstrados os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Dentre os valores evidenciados nas contas que compõem o ativo circulante, devem ser demonstrados os saldos de bens em estoques, dentre os quais estão compreendidos os bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

No ativo não circulante, grupo imobilizado, estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

### **3.3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a pelo menos uma das seguintes condições:

Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53    Telefone:  
Email:

O artigo 4º da LRF, estabelece que deve integrar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF), o qual deve conter, dentre outros, o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Esse demonstrativo, além de condicionar a concessão da renúncia de receita, tem por objetivo tornar transparentes os requisitos exigidos para a concessão ou ampliação dos benefícios de natureza tributária.

A concessão de incentivos fiscais, num primeiro momento, resulta em redução da arrecadação de receitas públicas, motivo pelo qual deve ser compensada por projetos ou atividades que devem promover o desenvolvimento econômico do Estado. Esse desenvolvimento, por sua vez, resultará em aumento das receitas públicas, decorrentes do consumo propiciado pelo incremento da atividade econômica.

Para que os incentivos concedidos produzam os resultados esperados, a administração pública precisa exercer um controle sobre os projetos e atividades incentivadas. Esse controle, por sua vez, deve compreender, dentre outros critérios, a avaliação da viabilidade técnica, econômica e financeira do projeto, e principalmente, se as metas e resultados, em face das justificativas apresentadas para sua concessão, estão sendo alcançados.

Em síntese, deve-se observar:

A projeção da renúncia de receita e seu impacto nas metas fiscais.

Os valores previstos para a renúncia de receitas nos projetos e atividades incentivados, o registro e a evidenciação das receitas efetivamente renunciadas, e o real impacto desses incentivos nas metas fiscais do ente da federação.

Os resultados econômicos e sociais efetivamente alcançados em face dos projetos e atividades incentivadas.

Partindo dessa premissa e levando em consideração as demonstrações contábeis, o



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

relatório de gestão, o demonstrativo que expressa a situação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receitas e o relatório e parecer conclusivo da unidade de controle interno, apresentados na prestação de contas anual relativa ao exercício em análise, verificou-se, sob o aspecto da gestão, se esses demonstrativos evidenciam a existência de projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais e se esses projetos ou atividades estão sendo objeto de controle pela administração pública.

Nesse sentido, consta da PCA entregue que no município não houve renúncia de receita no exercício.

### 3.4 ANÁLISE DA DÍVIDA ATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi editada com o objetivo de garantir uma melhor gestão dos recursos públicos. Fundada na responsabilidade fiscal e na transparência pública, estabeleceu normas visando ao alcance do equilíbrio sustentável das contas públicas.

Dentre suas premissas, a lei impôs aos administradores públicos, além da limitação dos gastos, uma melhor gestão das receitas públicas, dentre as quais se destacam a instituição e efetiva arrecadação das receitas de competência do ente da federação.

Nesse contexto e sob a ótica da gestão financeira a cargo dos ordenadores de despesas, avaliou-se, com base nas demonstrações contábeis e demais peças integrantes desta prestação de contas anual, se os atos de gestão praticados pelos gestores responsáveis, no decorrer do exercício em análise, evidenciam o exercício de ações voltadas para o cumprimento das determinações contidas na LRF, em especial, se a dívida ativa está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.

#### 3.3.1 Análise entre os saldos das contas contábeis da dívida ativa do Balanço Patrimonial (BALPAT) e do Demonstrativo da Dívida Ativa (DEMDAT)

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os registros nas contas contábeis representativas da dívida ativa da unidade gestora:

**Tabela 20: Análise Geral da Dívida Ativa (tributária e não tributária)**

Saldo anterior - DEMDAT	<b>R\$ 1.043.734,74</b>
-------------------------	-------------------------



## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 14.721.287/0001-53

Telefone:

Email:

Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	<b>R\$ 1.025.567,05</b>
Saldo contábil - BALPAT (b)	<b>R\$ 1.025.567,05</b>
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### 4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. Vanessa Selin Carvalho, gestor da UG Fundo Municipal de Saúde, relativa ao exercício de **2024** Tendo como base os documentos encaminhados pelo setor de contabilidade/extraídos do sistema E&L, e publicados, como: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, e os pontos de controle avaliados e as inspeções/auditorias realizadas pelo Controle Interno, **opinamos pela Aprovação das Contas Prestadas pelo Referido Gestor.**

Ponto Belo/ES, em 18 de Março de 2025

---

**ROBERTA DE SOUZA OLIVEIRA**  
Controlador-Geral do Município